

CTC - Centro de  
Tecnologia  
Canavieira S.A.

**Informações contábeis  
intermediárias em 31 de  
dezembro de 2017**

# Conteúdo

<b>Relatório dos auditores independentes sobre as informações contábeis intermediárias</b>	<b>3</b>
<b>Balancos patrimoniais</b>	<b>5</b>
<b>Demonstrações dos resultados</b>	<b>6</b>
<b>Demonstrações dos resultados abrangentes</b>	<b>7</b>
<b>Demonstrações das mutações do patrimônio líquido</b>	<b>8</b>
<b>Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto</b>	<b>9</b>
<b>Demonstrações do valor adicionado</b>	<b>10</b>
<b>Notas explicativas da Administração sobre as informações contábeis intermediárias</b>	<b>11</b>



KPMG Auditores Independentes  
Avenida Presidente Vargas, 2.121  
Salas 1401 a 1405, 1409 e 1410 - Jardim América  
Edifício Times Square Business  
14020-260 - Ribeirão Preto/SP - Brasil  
Caixa Postal 457 - CEP 14001-970 - Ribeirão Preto/SP - Brasil  
Telefone +55 (16) 3323-6650, Fax +55 (16) 3323-6651  
www.kpmg.com.br

## Relatório dos auditores independentes sobre as informações contábeis intermediárias

Ao Conselho de Administração e Diretoria Executiva do  
CTC - Centro de Tecnologia Canavieira S.A.  
Fazenda Santo Antonio, s/nº - Bloco 01 - Bairro Santo Antonio  
Piracicaba – SP

### Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias do CTC - Centro de Tecnologia Canavieira S.A. (“Companhia”), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referentes ao trimestre findo em 31 de dezembro de 2017, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e nove meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21(R1) - Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 - *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board - IASB*, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

### Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e *ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.



### **Conclusão sobre as informações contábeis intermediárias**

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) e o IAS 34, emitido pelo IASB aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

### **Outros assuntos - Demonstrações do valor adicionado**

As informações contábeis intermediárias, relativas às demonstrações do valor adicionado (DVA) referentes ao período de nove meses findo em 31 de dezembro de 2017, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, apresentadas como informações suplementares para fins da IAS 34, foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto a revisão das informações trimestrais - ITR da Companhia. Para a formação de nossa conclusão, avaliamos se essas demonstrações estão reconciliadas com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as demonstrações do valor adicionado acima referidas não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Ribeirão Preto, 09 de fevereiro de 2018

KPMG Auditores Independentes  
CRC 2SP014428/O-6

Rafael Henrique Klug  
Contador CRC 1SP246035/O-7

## CTC - Centro de Tecnologia Canavieira S.A.

### Balancos patrimoniais em 31 de dezembro e 31 de março de 2017

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	31/12/2017	31/03/2017	Passivo	Nota	31/12/2017	31/03/2017
Caixa equivalentes de caixa	8	179.571	193.975	Fornecedores	16	11.086	14.666
Contas a receber	10	38.728	37.147	Empréstimos e financiamentos	19	46.301	45.887
Estoques		221	222	Impostos e contribuições a recolher		1.616	1.743
Impostos a recuperar	11	675	525	Salários, férias e encargos a pagar	17	16.991	19.181
Ativo biológico		282	1.031	Receitas a auferir e diferidas	18	19.891	2.930
Ativo fiscal corrente		6.943	3.281	Outras contas a pagar		440	452
Outras contas a receber	12	1.833	90.789				
<b>Total do ativo circulante</b>		<b>228.253</b>	<b>326.970</b>	<b>Total do passivo circulante</b>		<b>96.325</b>	<b>84.859</b>
Instrumentos financeiros	9	72.547	91.000	Empréstimos e financiamentos	19	154.036	182.354
Contas a receber	10	12.594	14.764	Fornecedores	16	2.191	3.735
Outras contas a receber	12	102.256	7.243	Provisão para processos judiciais	20	353	500
Impostos a recuperar	11	10.514	11.735	<b>Total do passivo não circulante</b>		<b>156.580</b>	<b>186.589</b>
Ativo fiscal diferido	13	27.068	26.134				
<b>Total do realizável a longo prazo</b>		<b>224.979</b>	<b>150.876</b>	<b>Patrimônio líquido</b>	21		
Imobilizado	14	132.170	137.225	Capital social		556.550	556.550
Intangível	15	231.418	197.887	Reserva de lucro		7.365	-
<b>Total do ativo não circulante</b>		<b>363.588</b>	<b>335.112</b>	Prejuízos acumulados		-	(15.040)
<b>Total do ativo</b>		<b>816.820</b>	<b>812.958</b>	<b>Total do patrimônio líquido</b>		<b>563.915</b>	<b>541.510</b>
				<b>Total do passivo</b>		<b>252.905</b>	<b>271.448</b>
				<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>816.820</b>	<b>812.958</b>

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

# CTC - Centro de Tecnologia Canavieira S.A.

## Demonstrações dos resultados

Períodos de três e nove meses findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais exceto lucro por ações)

	Nota	01/04/2017 a 31/12/2017 (9 meses)	01/10/2017 a 31/12/2017 (3 meses)	01/04/2016 a 31/12/2016 (9 meses)	01/10/2016 a 31/12/2016 (3 meses)
Receita operacional	24	102.981	38.607	97.670	31.973
Custo de pesquisa & desenvolvimento e serviços prestados	25	<u>(46.227)</u>	<u>(14.157)</u>	<u>(46.279)</u>	<u>(11.860)</u>
<b>Lucro bruto</b>		<b><u>56.754</u></b>	<b><u>24.450</u></b>	<b><u>51.391</u></b>	<b><u>20.113</u></b>
Despesas administrativas e com vendas	25	(38.244)	(12.395)	(33.921)	(11.394)
Outras receitas (despesas) operacionais		<u>(2.605)</u>	<u>(1.711)</u>	<u>(6.617)</u>	<u>(4.430)</u>
<b>Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos</b>		<b><u>15.905</u></b>	<b><u>10.344</u></b>	<b><u>10.853</u></b>	<b><u>4.289</u></b>
Despesas financeiras	26	(10.323)	(3.233)	(11.188)	(3.696)
Receitas financeiras	26	15.357	3.534	26.205	8.835
<b>Financeiras líquidas</b>	26	<b><u>5.034</u></b>	<b><u>301</u></b>	<b><u>15.017</u></b>	<b><u>5.139</u></b>
<b>Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social</b>		<b><u>20.939</u></b>	<b><u>10.645</u></b>	<b><u>25.870</u></b>	<b><u>9.428</u></b>
Imposto de renda e contribuição social diferidos	13	934	774	(223)	1.448
Imposto de renda e contribuição social correntes	13	<u>532</u>	<u>(3.885)</u>	<u>(6.974)</u>	<u>(2.819)</u>
<b>Lucro líquido do período</b>		<b><u>22.405</u></b>	<b><u>7.534</u></b>	<b><u>18.673</u></b>	<b><u>8.057</u></b>
<b>Lucro líquido do período básico e diluído por ação</b>	22	<b><u>27,9409</u></b>	<b><u>9,3955</u></b>	<b><u>24,5697</u></b>	<b><u>10,6013</u></b>

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

## CTC - Centro de Tecnologia Canavieira S.A.

### Demonstrações dos resultados abrangentes

Períodos de três e nove meses findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

*(Em milhares de Reais)*

	01/04/2017 a 31/12/2017 (9 meses)	01/10/2017 a 31/12/2017 (3 meses)	01/04/2016 a 31/12/2016 (9 meses)	01/10/2016 a 31/12/2016 (3 meses)
Lucro líquido do período	<u>22.405</u>	<u>7.534</u>	<u>18.673</u>	<u>8.057</u>
<b>Resultado abrangente total</b>	<b><u>22.405</u></b>	<b><u>7.534</u></b>	<b><u>18.673</u></b>	<b><u>8.057</u></b>

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

## CTC - Centro de Tecnologia Canavieira S.A.

### Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Períodos de três e nove meses findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

*(Em milhares de Reais)*

	<b>Capital social</b>	<b>Reserva de lucro</b>	<b>Prejuízos acumulados</b>	<b>Total</b>
<b>Saldos em 1° de abril de 2016</b>	456.897	-	(27.571)	429.326
Integralização de capital (Conforme RCA de 07 de dezembro de 2016)	98.802			98.802
Lucro líquido do período	-	-	18.673	18.673
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>18.673</u>	<u>18.673</u>
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2016</b>	<b><u>555.699</u></b>	<b><u>-</u></b>	<b><u>(8.898)</u></b>	<b><u>546.801</u></b>
<b>Saldos em 1° de abril de 2017</b>	556.550	-	(15.040)	541.510
Lucro líquido do período	-	-	22.405	22.405
Reserva de lucros	-	7.365	(7.365)	-
	<u>-</u>	<u>7.365</u>	<u>(7.365)</u>	<u>-</u>
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2017</b>	<b><u>556.550</u></b>	<b><u>7.365</u></b>	<b><u>-</u></b>	<b><u>563.915</u></b>

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.



## CTC - Centro de Tecnologia Canavieira S.A.

### Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto

Períodos de nove meses findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais)

	01/04/2017 a 31/12/2017	01/04/2016 a 31/12/2016
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>		
<b>Lucro líquido do período</b>	22.405	18.673
Ajustes para:		
Depreciação e amortização	14.219	8.046
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	3.926	6.387
Provisão para processos judiciais	(147)	500
Provisões de juros	6.274	6.503
Resultado na venda / baixa de ativo imobilizado e intangível	850	308
Imposto de renda e contribuição social	(934)	223
<b>Total dos ajustes</b>	<b>46.593</b>	<b>40.640</b>
<b>Variações nos ativos e passivos</b>		
(Aumento) em contas a receber	(3.337)	(5.186)
Redução / (Aumento) em estoques	1	(44)
(Aumento) / redução em impostos a recuperar e ativo fiscal corrente	(2.591)	4.351
(Aumento) / redução em outras contas a receber	(5.308)	74.696
(Redução) em fornecedores	(5.124)	(2.144)
Aumento em impostos e contribuições a recolher e passivo fiscal corrente	2.952	227
(Redução) em salários, férias e encargos a pagar	(2.190)	(1.394)
Aumento em receitas a auferir	16.961	12.666
(Redução) em outras contas a pagar	(12)	(507)
<b>Caixa decorrente atividades operacionais</b>	<b>47.945</b>	<b>123.305</b>
Impostos pagos	(3.079)	(4.941)
Juros pagos	(6.214)	(6.292)
<b>Fluxo de caixa líquido decorrente das atividades operacionais</b>	<b>38.652</b>	<b>112.072</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimentos</b>		
Regastes de instrumentos financeiros	18.453	27.255
Aquisições de imobilizado	(7.991)	(10.076)
Ativo biológico	-	(832)
Intangível	(35.554)	(34.025)
<b>Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades de investimentos</b>	<b>(25.092)</b>	<b>(17.678)</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamentos</b>		
Empréstimos tomados	-	29.081
Empréstimos pagos	(27.964)	(21.295)
<b>Fluxo de caixa líquido (aplicado nas) decorrentes das atividades de financiamentos</b>	<b>(27.964)</b>	<b>7.786</b>
<b>(Redução) aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>(14.404)</b>	<b>102.180</b>
Caixa e equivalentes de caixa do início do período	193.975	116.628
Caixa e equivalentes de caixa do fim do período	179.571	218.808
<b>(Redução) aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>(14.404)</b>	<b>102.180</b>

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

# CTC - Centro de Tecnologia Canavieira S.A.

## Demonstrações do valor adicionado

Períodos de nove meses findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais)

	01/04/2017 a 31/12/2017	01/04/2016 a 31/12/2016
<b>Receitas</b>	<b>110.344</b>	<b>101.129</b>
Vendas de mercadorias, produtos e serviços	114.270	107.516
Provisão para processos judiciais	(3.926)	(6.387)
<b>Insumos adquiridos de terceiros</b>	<b>(25.584)</b>	<b>(34.218)</b>
Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos	(6.966)	(12.011)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(18.618)	(9.830)
Custo de venda de tecnologia	-	(12.377)
<b>Valor adicionado bruto</b>	<b>84.760</b>	<b>66.911</b>
<b>Depreciação e amortização</b>	<b>(14.219)</b>	<b>(8.046)</b>
<b>Valor adicionado líquido produzido pela Companhia</b>	<b>70.541</b>	<b>58.865</b>
<b>Valor adicionado recebido em transferência</b>	<b>16.678</b>	<b>25.975</b>
Receitas financeiras	15.357	26.205
Outras	1.321	(230)
<b>Valor adicionado total a distribuir</b>	<b>87.219</b>	<b>84.840</b>
<b>Distribuição do valor adicionado</b>	<b>(87.219)</b>	<b>(84.840)</b>
<b>Pessoal</b>	<b>(44.668)</b>	<b>(37.936)</b>
Remuneração direta	(28.143)	(26.800)
Benefícios	(14.341)	(9.146)
F.G.T.S.	(2.184)	(1.990)
<b>Impostos, taxas e contribuições</b>	<b>(9.823)</b>	<b>(17.043)</b>
Federais - PIS / COFINS	(11.273)	(9.846)
Federais - Imposto de renda e contribuição social	1.466	(7.197)
Municipais	(16)	-
<b>Remuneração de capitais de terceiros</b>	<b>(10.323)</b>	<b>(11.188)</b>
Juros e despesas bancárias	(9.903)	(11.137)
Outras	(420)	(51)
<b>Remuneração de capital próprio</b>	<b>(22.405)</b>	<b>(18.673)</b>
Lucro líquido do período	(22.405)	(18.673)

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

## Notas explicativas da Administração sobre as informações contábeis intermediárias

(Em milhares de Reais)

### 1 Contexto operacional

A Companhia tem por objetivo social a pesquisa, o desenvolvimento e a comercialização de tecnologias para o setor sucroenergético, com destaque para o desenvolvimento de novas variedades de cana de açúcar, através de melhoramento genético e biotecnologia, além de novas tecnologias disruptivas.

Até janeiro de 2011, a Companhia foi regida segundo a legislação brasileira, sob a forma de sociedade civil de direito privado sem fins lucrativos ou econômicos, beneficiando-se com a isenção de imposto de renda e contribuição social sobre o resultado apurado nas atividades associativas e sujeita ao recolhimento desses impostos e demais tributos e contribuições nas demais operações. As receitas eram provenientes, substancialmente, de contribuições associativas.

Por meio da Ata Geral de Transformação realizada em 12 de janeiro de 2011, a Companhia se transformou em Sociedade por Ações de capital fechado, vislumbrando lucro e remuneração de seus acionistas.

A transformação do CTC em uma Sociedade Anônima, em 2011, visou atrair mais recursos tecnológicos e financeiros às pesquisas do setor, para manter sua competitividade e continuar a assegurar ao Brasil a posição de liderança na indústria sucroalcooleira mundial. Dessa forma, uma das áreas de foco escolhidas foi o Melhoramento Genético, uma vez que o CTC detém o maior banco de germoplasma de cana-de-açúcar do mundo e papel destacado nos campos do melhoramento convencional e da biotecnologia aplicados à cana. A segunda área de enfoque, Novas Tecnologias, explora tecnologias disruptivas que possam trazer substanciais ganhos de produtividade ao setor, como as sementes artificiais e o etanol celulósico, cuja planta de demonstração iniciou operações no ano-safra 14/15.

A sustentabilidade econômica e o custeio das pesquisas vêm através de *royalties* cobrados pelo uso das novas variedades, e pela comercialização de outros produtos e novas tecnologias, assim como aportes efetuados pelos seus acionistas e entidades financiadoras de projetos de pesquisa, sendo como subvenção ou empréstimos. No período de 9 meses findo em 31 de dezembro de 2017, 86% (74% em 31 de dezembro de 2016) das receitas operacionais da Companhia foram realizadas com partes relacionadas.

Em 24 de agosto de 2016, foram deferidos os pedidos da Companhia de registro de emissor na Categoria "A", pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, e de listagem e admissão a negociação das ações de emissão da Companhia no segmento denominado Bovespa Mais, pela Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros - BM&FBOVESPA.

## 2 Base de preparação

### a. Declaração de conformidade

As informações contábeis intermediárias foram preparadas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21(R1) - Demonstração Intermediária e com a norma internacional de contabilidade IAS 34 - *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR.

A Administração da Companhia confirma que todas as informações relevantes próprias das informações trimestrais, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA) é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração, sendo considerada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das informações trimestrais.

A emissão das informações contábeis intermediárias foi autorizada pela diretoria em 09 de fevereiro de 2018.

## 3 Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas informações contábeis intermediárias são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

## 4 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das informações contábeis intermediárias exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas continuamente. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

### a. Julgamentos

As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas informações contábeis intermediárias estão incluídos nas seguintes notas explicativas:

- **Nota 10** - Provisão para créditos de liquidação duvidosa (Contas a receber);
- **Nota 15** - Capitalização de gastos com desenvolvimento (Intangível);
- **Nota 27** - Instrumentos financeiros; e
- **Nota 30** - Arrendamentos mercantis operacionais.

**b. Incertezas sobre premissas e estimativas**

As informações sobre incertezas quanto a premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material no exercício a findar-se em 31 de março de 2018 estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota 6.b (iii)** - Vida útil do ativo imobilizado;
- **Nota 6.c (iii)** - Vida útil do intangível;
- **Nota 13** - Ativo fiscal diferido; e
- **Nota 20** - Provisão para processos judiciais

**c. Mensuração do valor justo**

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração dos valores justos, para os ativos e passivos financeiros e não financeiros.

A Companhia estabeleceu uma estrutura de controle relacionada à mensuração dos valores justos. Isso inclui uma equipe de avaliação que possui a responsabilidade geral de revisar todas as mensurações significativas de valor justo, incluindo os valores justos de Nível 3, e reportes diretamente ao *Chief Financial Officer* "CFO".

A equipe de avaliação revisa regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se a informação é de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizado para mensurar os valores justos, então a equipe de avaliação analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem os requisitos do CPC/IFRS, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas.

Questões significativas de avaliação são reportadas para o Comitê de Gerenciamento de Riscos da Companhia.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos.
- **Nível 2:** *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- **Nível 3:** *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das informações contábeis intermediárias em que ocorreram as mudanças.

Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota 10** - Contas a receber;
- **Nota 19** - Empréstimos e financiamento; e
- **Nota 27** - Instrumentos financeiros.

## 5 Base de mensuração

As informações contábeis intermediárias foram preparadas com base no custo histórico com exceção do seguinte item material reconhecido nos balanços patrimoniais; os instrumentos financeiros não derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo.

## 6 Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas informações contábeis intermediárias.

### a. Instrumentos financeiros

#### (i) *Ativos financeiros não derivativos*

A Companhia reconhece as contas a receber de clientes e outros recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, somente quando, a Companhia detém o direito legal de compensar os valores e tem a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

#### *Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado*

Um ativo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação, ou seja, designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo e mudanças no valor justo desses ativos, incluindo ganhos com juros, são reconhecidas no resultado do exercício.

#### *Empréstimos e recebíveis*

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, geralmente não cotados em um mercado ativo. Após a mensuração inicial, esses ativos financeiros são contabilizados pelo custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos (taxa de juros efetiva), menos perda por redução ao valor recuperável, quando aplicável. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer desconto ou prêmio na aquisição e taxas ou custos incorridos. A amortização pelo método de juros efetivos é incluída na rubrica Resultado financeiro na demonstração do resultado.

*Caixa e equivalentes de caixa*

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor e são utilizados na gestão das obrigações de curto prazo.

*Contas a receber e outros recebíveis*

As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado, ajustado ao valor presente, quando aplicável, incluindo os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária da Companhia, menos os impostos retidos na fonte, os quais são considerados créditos tributários.

A provisão para devedores duvidosos foi constituída em montante considerado suficiente para fazer face a eventuais perdas na realização do contas a receber.

**(ii) *Passivos financeiros não derivativos***

A Companhia reconhece passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas.

Os ativos e os passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e quitar o passivo simultaneamente.

**(iii) *Capital social***

As ações são todas ordinárias nominativas, sem valor nominal e são classificadas como patrimônio líquido, dedutíveis de quaisquer efeitos tributários.

**b. *Imobilizado***

**(i) *Reconhecimento e mensuração***

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição, formação ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) quando aplicável.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e na condição necessários para que sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde os ativos estão localizados, e custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas no resultado.

**(ii) Custos subsequentes**

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Companhia e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido reposto por outro é baixado. Os custos de manutenção rotineira do imobilizado são reconhecidos como despesas conforme incorridos.

**(iii) Depreciação**

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

As taxas médias ponderadas anual de depreciação para os períodos correntes e comparativos são as seguintes:

	Taxa média ponderada 31/12/2017	Taxa média ponderada 31/12/2016
Máquinas e equipamentos	13%	10%
Móveis e utensílios	10%	10%
Equipamentos de informática	31%	20%
Veículos	23%	20%
Edifícios e benfeitorias	5%	-
Benfeitorias em imóveis de terceiros - Finep	7%	7%

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

**c. Intangível**

**(i) Projetos de pesquisa & desenvolvimento**

Atividades de desenvolvimento envolvem um plano ou projeto visando à produção de produtos novos ou substancialmente aprimorados. Os gastos de desenvolvimento são capitalizados somente se os custos de desenvolvimento puderem ser mensurados de maneira confiável, se o produto ou processo forem técnica e comercialmente viáveis, se os benefícios econômicos futuros forem prováveis, e se a Companhia tiver a intenção e os recursos suficientes para concluir o desenvolvimento e usar ou vender o ativo. Os gastos capitalizados incluem o custo de materiais, mão de obra direta, custos de fabricação que são diretamente atribuíveis à preparação do ativo para seu uso proposto. Outros gastos de desenvolvimento são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

**(ii) Software**

Os ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia e que têm vidas úteis definidas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada.



**(iii) Amortização**

Amortização é calculada sobre o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

A amortização é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. A vida útil média estimada para o período corrente e comparativo é a seguinte:

<i>Software</i>	5 anos
<i>Projetos de pesquisa &amp; desenvolvimento</i>	12 anos

Métodos de amortização, vida úteis e valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e ajustados caso seja adequado.

As receitas de *royalties* atuais são decorrentes de variedades de cana-de-açúcar que foram desenvolvidas antes da transformação em sociedade anônima que ocorreu em 2011. Até então, a Companhia era uma entidade sem fins lucrativos e não mantinha controles efetivos para reconhecimento do intangível, portanto todos os gastos eram alocados ao resultado do exercício.

Desde o exercício/período anterior, iniciou-se a amortização dos projetos levando em conta o prazo máximo o tempo de vigência da patente, 15 anos.

**d. Redução ao valor recuperável**

**(i) Ativos financeiros (incluindo recebíveis)**

Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, são avaliados em cada data de balanço para determinar se há evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor inclui:

- inadimplência ou atrasos do devedor;
- reestruturação de um valor devido a Companhia em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- indicativos de que o devedor ou emissor irá entrar em falência/recuperação judicial;
- mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissores;
- o desaparecimento de um mercado ativo para o instrumento devido a dificuldades financeiras; ou
- dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um grupo de ativos financeiros.

*Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado*

A Companhia considera evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado tanto em nível individual como em nível coletivo. Todos os ativos individualmente significativos são avaliados quanto à perda por redução ao valor recuperável. Aqueles que não tenham sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que possa ter ocorrido, mas não tenha ainda sido identificada. Ativos que não são individualmente significativos são avaliados coletivamente quanto à perda de valor com base no agrupamento de ativos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda por redução ao valor recuperável de forma coletiva, a Companhia utiliza tendências históricas do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma perda por redução ao valor recuperável é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão. Quando a Companhia considera que não há expectativas razoáveis de recuperação, os valores são baixados. Quando um evento subsequente indica uma redução da perda, a provisão é revertida através do resultado.

**(ii) Ativos não financeiros**

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não o imposto de renda e a contribuição social diferidos, estoques e intangível, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado.

O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo.

**e. Estoques**

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é baseado na média ponderada móvel.

O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido das despesas de vendas.

**f. Benefícios a empregados**

*Benefícios de curto prazo a empregados*

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

**g. Provisões**

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado com segurança.

**h. Receita operacional**

**(i) Receitas de royalties**

As receitas de *royalties* atuais são decorrentes de variedades de cana-de-açúcar que foram desenvolvidas antes da transformação em sociedade anônima que ocorreu em 2011. Até então, a Companhia era uma entidade sem fins lucrativos e não mantinha controles efetivos para reconhecimento do intangível, portanto todos os gastos eram alocados ao resultado do exercício.

Receitas decorrentes do uso por terceiros de ativos da Companhia, que produzam juros, Receitas decorrentes do uso por terceiros de ativos da Companhia, que produzam juros, *royalties* e dividendos, devem ser reconhecidas quando for provável que os benefícios econômicos associados à transação fluirão para a entidade e o valor da receita puder ser mensurado de forma confiável. Os *royalties* devem ser reconhecidos segundo regime de competência de acordo com a substância do contrato.

As receitas de *royalties* reconhecidas pela Companhia referem-se a variedades de cana-de-açúcar desenvolvidas antes da transformação da Companhia em sociedade anônima e são reconhecidas no resultado do exercício pelo método linear nos meses de abril a março, tendo como base a área de plantio multiplicada por valor definido em contrato firmado entre as partes. A emissão das notas fiscais de faturamento e os recebimentos ocorrem durante o período de safra de cana de açúcar nos meses de setembro a dezembro. Caso o faturamento seja maior que a parcela já reconhecida no resultado a diferença é reconhecida como “receitas diferidas” no passivo circulante.

**(ii) Venda de bens e serviços**

A receita operacional da venda de bens e serviços no curso normal das atividades é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos inerentes à propriedade dos bens foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a Companhia, de que os custos associados e a possível devolução de mercadorias podem ser estimados, de que não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável. Caso seja provável que descontos serão concedidos e o valor possa ser mensurado, este é reconhecido de acordo com suas respectivas vendas.

**i. Receitas financeiras e despesas financeiras**

As receitas financeiras abrangem receitas de juros e rendimentos sobre as aplicações financeiras. A receita financeira é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem despesas bancárias com juros e descontos.

**j. Imposto de renda e contribuição social**

O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais do imposto ativo e base negativa de contribuição social limitado a 30% do lucro tributável anual.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos correntes e diferidos.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, as taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das informações contábeis intermediárias e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido não é reconhecido para as seguintes diferenças temporárias.

O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das informações contábeis intermediárias.

Na determinação do imposto de renda corrente e diferido, a Companhia leva em consideração o impacto de incertezas relativas a posição fiscal tomada e se o pagamento adicional de imposto de renda e juros tenha de ser realizado. A Companhia acredita que a provisão para imposto de renda no passivo está adequada para com relação a todos os períodos fiscais em aberto, baseada em sua avaliação de diversos fatores, incluindo interpretações das leis fiscais e experiência passada. Essa avaliação é baseada em estimativas e premissas que podem envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem ser disponibilizadas, o que levariam a Companhia a mudar o seu julgamento quanto à adequação da provisão existente; tais alterações impactarão a despesa com imposto de renda no ano em que forem realizadas.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

**k. Informação por segmento**

Um segmento operacional é um componente da Companhia que desenvolve atividades de negócio das quais pode obter receitas e incorrer em despesas, incluindo receitas e despesas relacionadas com transações com outros componentes da Companhia. Todos os resultados

operacionais são revistos frequentemente pelo Presidente da Companhia (CEO) para decisões sobre os recursos a serem alocados ao segmento e para avaliação de seu desempenho, para o qual informações financeiras individualizadas estão disponíveis.

A Companhia possui um único segmento operacional de negócio: Melhoramento genético conforme divulgado na Nota Explicativa nº 23.

**l. Lucro líquido por ação**

O lucro por ação básico é calculado por meio do resultado do período atribuível aos acionistas controladores e não controladores da Companhia e a média ponderada das ações ordinárias em circulação no respectivo período. O lucro por ação diluído é calculado por meio da referida média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor, nos períodos apresentados, nos termos do CPC 41/IAS 33.

**m. Ativos arrendados**

Os contratos de arrendamento operacional são reconhecidos como despesa operacional na demonstração do resultado linearmente durante o prazo de arrendamento.

**7 Novas IFRS e Interpretações do IFRIC (Comitê de interpretações de informações financeiras IASB) aplicáveis às informações trimestrais**

As seguintes novas normas e interpretações de normas foram emitidas pelo IASB, mas ainda não estão em vigor para o período findo em 31 de dezembro de 2017. A adoção antecipada de normas, embora aceita pelo IASB não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

**IFRS 9 - Instrumentos financeiros (CPC 48 Instrumentos Financeiros)**

A IFRS 9 (CPC 48) inclui novos modelos para a classificação e mensuração de instrumentos financeiros e a mensuração de perdas esperadas de crédito para ativos financeiros e contratuais.

A IFRS 9 (CPC 48) entra em vigor para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2018 (no caso da Companhia, a partir de 1º de abril de 2018) e substitui as orientações existentes na IAS 39 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração (CPC 38).

Não houve alteração na avaliação da Administração acerca do impacto da adoção da IFRS 9 (CPC 48) em relação àquela divulgada nas demonstrações financeiras anuais em 31 de março de 2017.

**IFRS 15 - Receita de contratos com clientes (CPC 47 Receita de Contratos com Clientes)**

A IFRS 15 (CPC 47) introduz uma estrutura abrangente para determinar se e quando uma receita deve ser reconhecida. A IFRS 15 (CPC 47) entra em vigor para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2018 (no caso da CTC, a partir de 1º de abril de 2018) e substituirá as orientações atuais de reconhecimento de receita presentes no IAS 18 / CPC 30 - Receitas, IAS 11/ CPC 17 - Contratos de Construção e IFRIC 13 - Programas de Fidelidade com o Cliente. A adoção antecipada da norma é permitida somente para demonstrações financeiras de acordo com as IFRSs.

A Companhia adotará a IFRS 15 (CPC 47) em suas demonstrações financeiras para o exercício findar-se em 31 de março de 2019 e está avaliando se pretende utilizar a abordagem prospectiva ou retrospectiva, bem como se algum expediente prático será aplicável às suas operações e se estes serão utilizados quando da sua adoção.

Não houve alteração na avaliação da Administração acerca do impacto da adoção da IFRS 15 (CPC 47) em relação àquela divulgada nas demonstrações financeiras anuais em 31 de março de 2017.

### **IFRS 16 - Leases (Arrendamentos - ainda sem CPC corresponde)**

A IFRS 16 introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções opcionais estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais.

A IFRS 16 substitui as normas de arrendamento existentes, incluindo o IAS 17 Operações de Arrendamento Mercantil.

A norma é efetiva para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2019 (no caso da CTC, a partir de 1º de abril de 2019). A adoção antecipada em IFRS é permitida apenas para entidades que aplicam a IFRS 15 (CPC 47) - Receita de Contratos com Clientes em ou antes da data de aplicação inicial da IFRS 16.

Não houve alteração na avaliação da Administração acerca do impacto da adoção da IFRS 16, em relação àquela divulgada nas demonstrações financeiras anuais em 31 de março de 2017.

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC, além das citadas acima, que ainda não entraram em vigor e que conforme entendimento atual da Administração, poderiam trazer impactos relevantes para a Companhia.

## **8 Caixa e equivalentes de caixa**

	31/12/2017	31/03/2017
Caixa e bancos	81	229
Aplicações financeiras (*)	179.490	193.746
	<u>179.571</u>	<u>193.975</u>

(\*) As aplicações financeiras são fundos compostos de títulos pós-fixados atrelados ao Certificado de Depósito Interbancário (CDI), que aplicam seus recursos em títulos de renda fixa emitidos exclusivamente pelo Tesouro Nacional e pelo Banco Central do Brasil e em emissões de empresas e bancos classificadas como baixo risco pela área de crédito do gestor. As aplicações são remuneradas por taxas de 100% a 102% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

## 9 Instrumentos financeiros

	<b>31/12/2017</b>	<b>31/03/2017</b>
Aplicações financeiras	<u>72.547</u>	<u>91.000</u>

As aplicações financeiras são fundos compostos de títulos pós-fixados atrelados ao Certificado de Depósito Interbancário (CDI), que aplicam seus recursos em títulos de renda fixa emitidos exclusivamente pelo Tesouro Nacional e pelo Banco Central do Brasil e em emissões de empresas e bancos classificadas como baixo risco pela área de crédito do gestor. As aplicações são remuneradas por taxas de 100% a 102% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) e não se aplicam aos critérios de caixa e equivalentes.

## 10 Contas a receber

	<b>31/12/2017</b>	<b>31/03/2017</b>
Cientes	24.144	29.540
Cientes - partes relacionadas (nota explicativa nº 28)	<u>44.890</u>	<u>43.093</u>
Total (nota explicativa nº 27)	<u><u>69.034</u></u>	<u><u>72.633</u></u>
(-) Provisão para crédito de liquidação duvidosa - partes relacionadas	(6.793)	(8.572)
(-) Provisão para crédito de liquidação duvidosa	<u>(10.919)</u>	<u>(12.150)</u>
Total (nota explicativa nº 27)	<u>(17.712)</u>	<u>(20.722)</u>
Total	<u><u>51.322</u></u>	<u><u>51.911</u></u>
Circulante	38.728	37.147
Não circulante	12.594	14.764

Representado substancialmente por saldos a receber referentes ao licenciamento de variedades. A exposição da Companhia a riscos de crédito e moeda e a análise de sensibilidade para os ativos e passivos estão apresentadas na nota explicativa nº 27.

As contas a receber de clientes são classificadas como recebíveis demonstrados ao custo amortizado.

## 11 Impostos a recuperar

	<b>31/12/2017</b>	<b>31/03/2017</b>
IRRF sobre aplicação	5.982	6.882
Outros impostos a recuperar	66	50
ICMS sobre importações a recuperar	2.560	2.560
PIS/COFINS	<u>2.581</u>	<u>2.768</u>
	<u><u>11.189</u></u>	<u><u>12.260</u></u>
Ativo circulante	675	525
Ativo não circulante	10.514	11.735

## 12 Outras contas a receber

	<b>31/12/2017</b>	<b>31/03/2017</b>
Despesas antecipadas (i)	11.661	7.244
Aumento de capital (ii)	90.595	90.595
Outros contas a receber	1.833	193
	<u>104.089</u>	<u>98.032</u>
Ativo circulante	1.833	90.789
Ativo não circulante	102.256	7.243

- (i) As despesas antecipadas são caracterizadas pela entrega de mudas para multiplicação de variedades em clientes para aumento do *market share* da Companhia. Estas mudas são monitoradas para que a taxa de multiplicação seja efetiva conforme contrato assinado com o cliente.
- (ii) Em 07 de dezembro de 2016 o Conselho da Administração deliberou pelo aumento de capital social da Companhia, no montante de R\$ 99.654, com a emissão de 41.869 novas ações ordinárias nominativas, escriturais e sem valor nominal. Do referido montante, houve a integralização parcial de R\$ 9.059 até 31 de março de 2017, correspondente a 3.806 ações, o que resultou em prorrogação do prazo de subscrição das ações faltantes, conforme deliberado na Reunião Extraordinária do Conselho de Administração da Companhia. Em 03 de abril de 2017, na Reunião Extraordinária do Conselho de Administração foi prorrogado para 02 de maio de 2017 o prazo para subscrição das 38.063 ações referentes ao aumento de capital, porém não ocorreu a integralização e não houve nova deliberação do prazo para a subscrição das referidas ações, razão pela qual a Companhia reclassificou para o ativo não circulante deu início ao processo de arbitragem. Atualmente o processo encontra-se em fase de manifestação das partes, e no seu curso normal de andamento.

## 13 Ativo fiscal diferido

Os créditos tributários de imposto de renda e de contribuição social apresentados no ativo não circulante foram apurados sobre prejuízos fiscais e base negativa e diferenças temporárias entre a base contábil e a base fiscal, com realização quando da apuração de lucros futuros.

As estimativas de recuperação dos créditos tributários foram fundamentadas nas projeções dos lucros tributáveis, atentando para diversas premissas financeiras e de negócios consideradas quando de sua elaboração.

	<b>31/03/2017</b>	<b>Reconhecidos no resultado</b>	<b>31/12/2017</b>
Prejuízo fiscal e base negativa	9.353	224	9.577
Provisão para devedores	7.045	(1.023)	6.022
Perda por desvalorização ( <i>impairment</i> )	5.091	-	5.091
Provisão participação nos lucros	3.952	(526)	3.426
Diferenças temporárias	<u>693</u>	<u>2.259</u>	<u>2.952</u>
<b>Imposto diferido líquido</b>	<u><b>26.134</b></u>	<u><b>934</b></u>	<u><b>27.068</b></u>



A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas com a despesa de imposto de renda e contribuição social debitada em resultado é demonstrada como segue:

	<b>31/12/2017</b>	<b>31/12/2016</b>
Lucro contábil antes do imposto de renda e da contribuição social	<u>20.939</u>	<u>25.870</u>
Alíquota fiscal combinada	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Imposto de renda e contribuição social:		
Pela alíquota fiscal combinada	(7.119)	(8.796)
Adições e exclusões permanentes (i)	<u>8.585</u>	<u>1.599</u>
Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício	<u><u>1.466</u></u>	<u><u>(7.197)</u></u>
Alíquota Efetiva	7%	28%
Imposto diferido	934	(223)
Imposto corrente	532	(6.974)

- (i) As exclusões no montante R\$ 7.770 referem-se A Lei 11.196/05, que passou a ser conhecida como “Lei do Bem”, cria a concessão de incentivos fiscais às pessoas jurídicas que realizarem pesquisa e desenvolvimento de inovação tecnológica.

## 14 Imobilizado

Custo ou custo atribuído:	Máquinas e equipamentos	Máq. e equip. Importados	Móveis e utensílios	Equipamento de Informática	Veículos	Benefitorias imóveis terceiros	Bens de terceiros - FINEP	Obras em andamento	Adiantamento a fornecedores	Plantio de cana	Total
<b>Saldo em 31 de março de 2016</b>	<b>23.783</b>	<b>1.597</b>	<b>3.024</b>	<b>5.228</b>	<b>9.940</b>	<b>16.849</b>	<b>2.002</b>	<b>98.215</b>	-	-	<b>160.638</b>
Adições	1.999	134	156	187	842	-	-	3.659	1.993	1.878	10.848
Baixas	(61)	-	-	-	-	-	-	(12.818)	-	-	(12.879)
Transferências	80.121	1.527	-	17	115	-	-	(79.789)	(1.726)	-	-
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2016</b>	<b>105.842</b>	<b>3.258</b>	<b>3.180</b>	<b>5.432</b>	<b>10.897</b>	<b>16.849</b>	<b>2.002</b>	<b>9.267</b>	<b>267</b>	<b>1.878</b>	<b>158.607</b>
<b>Depreciação:</b>											
<b>Saldo em 31 de março de 2016</b>	<b>(6.893)</b>	<b>(314)</b>	<b>(1.176)</b>	<b>(3.407)</b>	<b>(4.683)</b>	<b>(5.339)</b>	-	-	-	-	<b>(21.812)</b>
Depreciação no período	(3.185)	(197)	(226)	(535)	(1.350)	(915)	-	-	-	-	(6.408)
Baixa de depreciação	27	-	-	-	-	-	-	-	-	-	27
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2016</b>	<b>(10.051)</b>	<b>(511)</b>	<b>(1.402)</b>	<b>(3.942)</b>	<b>(6.033)</b>	<b>(6.254)</b>	-	-	-	-	<b>(28.193)</b>
<b>Custo ou custo atribuído:</b>											
<b>Saldo em 31 de março de 2017</b>	<b>109.605</b>	<b>3.267</b>	<b>2.797</b>	<b>3.990</b>	<b>14.826</b>	<b>22.063</b>	<b>2.002</b>	<b>3.394</b>	-	<b>2.560</b>	<b>164.504</b>
Adições	2.053	6	159	333	292	-	-	3.278	649	1.221	7.991
Baixas	-	-	-	-	(2.105)	-	-	(66)	-	-	(2.171)
Transferências	-	-	32	-	7	-	-	(6)	(33)	-	-
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2017</b>	<b>111.658</b>	<b>3.273</b>	<b>2.988</b>	<b>4.323</b>	<b>13.020</b>	<b>22.063</b>	<b>2.002</b>	<b>6.600</b>	<b>616</b>	<b>3.781</b>	<b>170.324</b>
<b>Depreciação:</b>											
<b>Saldo em 31 de março de 2017</b>	<b>(11.198)</b>	<b>(590)</b>	<b>(1.042)</b>	<b>(2.670)</b>	<b>(5.267)</b>	<b>(6.512)</b>	-	-	-	-	<b>(27.279)</b>
Depreciação no período	(7.481)	(234)	(192)	(726)	(2.508)	(1.055)	-	-	-	-	(12.196)
Baixas	-	-	-	-	1.321	-	-	-	-	-	1.321
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2017</b>	<b>(18.679)</b>	<b>(824)</b>	<b>(1.234)</b>	<b>(3.396)</b>	<b>(6.454)</b>	<b>(7.567)</b>	-	-	-	-	<b>(38.154)</b>
<b>Saldo em 31 de março de 2017</b>	98.407	2.677	1.755	1.320	9.559	15.551	2.002	3.394	-	2.560	137.225
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2017</b>	92.979	2.449	1.754	927	6.566	14.496	2.002	6.600	616	3.781	132.170

### **Ativos penhorados**

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia não possui bens que estão sujeitos à penhora para garantia.

### **Revisão da vida útil**

A Companhia revisou a vida útil econômica remanescente dos bens do ativo imobilizado. O levantamento foi realizado com base em laudo técnico emitido por profissionais especializados.

A vida útil estimada dos bens registrados no ativo imobilizado atual está evidenciada na Nota Explicativa nº 6.b (iii).

### **Bens de terceiros - FINEP**

A Companhia possui com a FINEP - Financiadora de Estudos e Projetos contratos relacionados ao desenvolvimento de projetos e pesquisas definidos em convênios firmados entre as partes.

Conforme contrato, os bens adquiridos, produzidos, transformados ou construídos com recursos serão de propriedade da Companhia. Caso não haja aprovação da prestação de contas a Companhia possui o dever de restituir o FINEP pelos recursos transferidos, conforme mencionado na Nota Explicativa 18.

## **15 Intangível**

	Software	Custos com pesquisa & desenvolvimento	Total
<b>Saldo em 31 de março de 2016</b>	<b>11.771</b>	<b>160.371</b>	<b>172.142</b>
Adições	285	33.740	34.025
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2016</b>	<b>12.056</b>	<b>194.111</b>	<b>206.167</b>
<b>Saldo em 31 de março de 2017</b>	<b>13.086</b>	<b>192.041</b>	<b>205.127</b>
Adições	422	35.132	35.554
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2017</b>	<b>13.508</b>	<b>227.173</b>	<b>240.681</b>
<b>Amortização</b>			
<b>Saldo em 31 de março de 2016</b>	<b>(4.872)</b>	<b>-</b>	<b>(4.872)</b>
Amortização do período	(1.442)	(196)	(1.638)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2016</b>	<b>(6.314)</b>	<b>(196)</b>	<b>(6.510)</b>
<b>Saldo em 31 de março de 2017</b>	<b>(6.889)</b>	<b>(351)</b>	<b>(7.240)</b>
Amortização do período	(1.511)	(512)	(2.023)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2017</b>	<b>(8.400)</b>	<b>(863)</b>	<b>(9.263)</b>
<b>Saldo em 31 de março de 2017</b>	<b>6.197</b>	<b>191.690</b>	<b>197.887</b>
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2017</b>	<b>5.108</b>	<b>226.310</b>	<b>231.418</b>

As adições do período referem-se a três projetos relacionados a desenvolvimento de novas tecnologias para o setor sucroenergético.

	<b>3.03.2017</b>	<b>Adições</b>	<b>31.12.2017</b>
Projetos de Melhoramento Convencional	87.853	8.031	95.884
Projetos de Melhoramento Transgênico	69.236	27.101	96.337
Etanol Celulósico	34.952	-	34.952
<b>Total</b>	<b>192.041</b>	<b>35.132</b>	<b>227.173</b>

A política de capitalização da Companhia é feita com base no seguinte mecanismo:

- Prova de conceito e pesquisa aplicada (FASE 1), a qual abrange a avaliação quanto à atratividade, mérito técnico e alinhamento, o potencial de aplicação no mundo real, a definição de protocolos e protótipo e laboratório.
- Desenvolvimento precoce (FASE 2), a qual abrange o refinamento de processos e protocolos, os *start-ups* de investigação em campo e potencialmente plantas Piloto.
- Desenvolvimento avançado (FASE 3), a qual abrange testes de campo, a análise regulatória e potencialmente plantas demonstração.
- Pré lançamento (FASE 4), a qual abrange as aprovações regulatórias, *Seed bulk-up*, o detalhamento do plano de negócios e plantas em escala semicomercial ou comercial.

A Fase 3 é a que está na rubrica de intangível, pois, como é de desenvolvimento avançado já existe uma expectativa de realização e efetivação de receitas. Esta metodologia foi aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia.

### **Projeto melhoramento convencional**

Com mais de cinco mil variedades, o banco de germoplasma de cana-de-açúcar do CTC, localizado em Camamu, na Bahia, é o maior e mais completo do mundo. Além disso, a regionalização de seu Programa de Melhoramento Genético, por meio de seus polos regionais estrategicamente distribuídos pelo País, permite à Companhia desenvolver variedades cada vez mais produtivas e que contemplam todas as condições de produção das diferentes regiões onde a planta é cultivada no Brasil.

A diversificação e a modernização do plantel varietal contribuem decisivamente para a sustentabilidade do agronegócio, não só pelos ganhos de produtividade, como também pela melhoria da qualidade, pela redução dos riscos fitossanitários e de perdas agrícolas. Isso porque esses novos materiais genéticos são desenvolvidos para atender aos modernos processos produtivos, como plantio e colheita mecanizados. Mais produção, eficiência e longevidade dos canaviais significam mais ganhos para o produtor.

O CTC detém os direitos de Propriedade Intelectual dessas variedades por 15 anos a contar da data de concessão de seus respectivos certificados de proteção, conforme estabelece a Lei de Proteção de Cultivares (Lei nº 9.456, de 25 de abril de 1997).

### **Projeto de melhoramento transgênico**

A Biotecnologia, ferramenta para o esperado salto de produtividade do canavial, é capaz de acelerar o processo de melhoria contínua de produtividade das variedades convencionais e, ainda, incorporar à cana características desejáveis (*traits*) que oferecem vantagens econômicas, ambientais e de manejo, tais como aqueles já usufruídos por produtores de soja, milho e algodão no Brasil há cerca de duas décadas.

O CTC iniciou seus trabalhos com emprego da Biotecnologia nos anos 90, quando transformou a primeira variedade de cana-de-açúcar no mundo. Em 2000, a Companhia liderou o projeto de sequenciamento genético da cana. Tais esforços foram a base do programa atual, que visa trazer ao mercado nacional variedades de cana geneticamente modificadas com características desejáveis e produtividade superior.

A partir de 2018 o CTC pretende lançar variedades de cana geneticamente modificada, tais como:

- **Cana resistente a insetos, com maior** produtividade e demandando menor uso de inseticidas, além da economia também de mão-de-obra, máquinas, combustível e água. No futuro, essa característica virá associada à **tolerância a herbicidas**, expandindo os ganhos ambientais, econômicos e a simplicidade de manejo da operação.
- As plantas geneticamente modificadas estão sujeitas a aprovação pela Comissão Técnica Nacional de Biotecnologia (CTNBio) no Brasil, e os produtos com ela produzidos sujeitos a processos de desregulamentação nos países para onde são exportados.

### **Projeto etanol celulósico**

A produção de etanol é hoje estratégica, uma vez que se trata de um combustível produzido a partir de fonte limpa e renovável, cujas condições ideais de produção encontram-se fartamente presentes no Brasil. O CTC está investindo no desenvolvimento de um processo de produção de etanol celulósico (também conhecido por etanol de 2ª geração ou E2G) a ser produzido a partir do processamento da biomassa da cana (bagaço e palha). Essa tecnologia deverá permitir aumentar em 50% o volume de etanol produzido a partir do mesmo volume de cana.

No CTC, os trabalhos para o desenvolvimento do etanol celulósico tiveram início em 2006, com esforços progredindo da fase laboratorial para plantas piloto e de escala semicomercial (demonstração). A expectativa é comercializá-lo dentro dos próximos 3 a 5 anos.

Um dos diferenciais do processo sendo desenvolvido pelo CTC reside no fato de permitir integração com os processos e equipamentos hoje existentes nas usinas, visando à otimização dos custos de instalação e operação.

### **Sementes artificiais**

O projeto tem como objetivo o desenvolvimento de sementes artificiais de cana de açúcar, o que possibilitaria uma mudança completa na maneira como se planta a cultura. Tal mudança geraria importantes ganhos através da possibilidade de rapidamente se modernizar o plantel de variedades do produtor, aumento da produtividade, substancial redução de custos, simplificação operacional, além de ganhos ambientais e sociais.

No projeto, o CTC utiliza modernos processos biotecnológicos, através dos quais se conseguem gerar plantas idênticas à planta mãe, ou seja, a planta que forneceu o tecido para produção da semente), em larga escala e de maneira segura e econômica.

O projeto de desenvolvimento do sistema de plantio de cana por sementes é de longo prazo, encontra-se em fase de desenvolvimento intermediário e em um futuro afetará a conta de intangível.

## 16 Fornecedores

Referem-se, substancialmente, fornecedores de máquinas e equipamentos, materiais e prestadores de serviços de assessoria técnica, assessoria de engenharia e consultoria.

	31/12/2017	31/03/2017
Fornecedores nacionais	10.044	15.363
Fornecedores estrangeiros	3.233	3.038
	<u>13.277</u>	<u>18.401</u>
Circulante	11.086	14.666
Não circulante	2.191	3.735

## 17 Salários, férias e encargos a pagar

	31/12/2017	31/03/2017
Provisão de férias e encargos	4.000	4.656
Provisão de 13º salário e encargos	-	975
Participação no programa de gestão por metas	10.076	11.622
INSS a recolher	1.069	1.182
IRRF sobre salários	962	508
FGTS a recolher	-	235
Outros	884	3
	<u>16.991</u>	<u>19.181</u>

## 18 Receitas a auferir e diferidas

	31/12/2017	31/03/2017
Receitas diferidas (i)	4.414	-
Receitas diferidas partes relacionadas (i) - nota explicativa 28	12.547	-
Receitas a auferir (ii)	2.930	2.930
	<u>19.891</u>	<u>2.930</u>

(i) Receitas diferidas corresponde a receitas de parcelas de *royalties* pertinentes a safra 17/18 que serão alocadas ao resultado do exercício em função de sua competência.

(ii) Receitas a auferir corresponde aos valores recebidos da FINEP - Financiadora de Estudos e Projetos para o desenvolvimento de projetos e pesquisas definidos em convênios firmados entre as partes. Com base na evolução da execução dos projetos utilização de ativos e respectivas prestações de contas, os valores serão alocados ao resultado como receita.

Em função da transformação de sociedade mencionado na Nota Explicativa nº 1, o convenio firmado com FINEP foi finalizado. Os saldos referentes aos projetos do FINEP no montante de R\$ 2.930 estão aguardando aprovação das respectivas prestações de contas para conclusão e destinação dos saldos dos projetos.

## 19 Empréstimos e financiamentos

Modalidade	Moeda	Encargos	Vencimento		Garantias	Saldo devedor	
			de	até		31/12/2017	31/03/2017
Finame	R\$	2,5% a.a	2013	2021	Alienação fiduciária de ativo Imobilizado	505	618
FINEP	R\$	4% a.a	2015	2022	Fiança bancária (1,9%)	154.203	177.868
BNDES	R\$	4% a.a	2013	2022	Fiança bancária (1,9%)	36.511	39.615
BNDES	R\$	TJLP	2013	2022	Fiança bancária (1,9%)	9.118	10.140
						200.337	228.241
Passivo circulante						46.301	45.887
Passivo não circulante						154.036	182.354

Os montantes do passivo têm a seguinte composição por ano safra de vencimento:

Ano de vencimento	31/12/2017
Até 12 meses	46.301
Entre 13 a 24 meses	37.359
Entre 25 a 36 meses	41.570
Entre 37 a 48 meses	35.701
Entre 49 a 60 meses	35.661
Acima de 60	3.745
	200.337

### Cláusulas restritivas (“covenants”)

A Companhia não sujeita em seus contratos de empréstimos e financiamentos ao cumprimento de índices financeiros.

## 20 Provisão para processos judiciais

A Companhia, no curso normal de suas atividades, está sujeita a processos judiciais de naturezas tributária, trabalhista, cível e ambiental. A Administração, apoiada na opinião de seus assessores legais e, quando aplicável, fundamentada em pareceres específicos emitidos por especialistas na mesma data, avalia a expectativa do desfecho dos processos em andamento e determina a necessidade ou não de constituição de provisão para contingências.

Em 31 de dezembro de 2017, foi provisionado o montante de R\$ 353 (R\$ 500 em 31 de março de 2017), o qual, na opinião da Administração e de assessores legais, é suficiente para fazer face as perdas esperadas com o desfecho dos processos trabalhistas em andamento.

Adicionalmente, a Companhia está sujeita a processos judiciais de natureza tributária e trabalhista em diversas fases do rito processual, cuja expectativa de saída de recursos de risco possível no montante de R\$ 38.078 (R\$ 33.598 em 31 de março de 2017) e processos cíveis que

são processos classificados pelos assessores jurídicos como risco possível no montante de R\$ 8.943 (R\$ 219 em 31 de março de 2017) para os quais nenhuma provisão foi constituída tendo em vista que as práticas contábeis adotadas não requerem sua contabilização.

## 21 Patrimônio líquido

### Capital Social

O capital social da Companhia é de R\$ 556.550 (idêntico em 31 de março de 2017), representado por 801.870 ações, sendo todas ordinárias nominativas, sem valor nominal. Destas ações o montante de 38.063 ações não foram integralizadas, conforme nota explicativa 12 (ii).

### Aumento Capital

Vide detalhes sobre o aumento de capital ocorrido no exercício findo em 31 de março de 2017 na nota explicativa nº 12 (ii).

### Dividendos

Os acionistas têm direito a um dividendo mínimo de 25% sobre o lucro líquido do exercício ajustado conforme disposto na Lei das Sociedades por Ações.

## 22 Lucro líquido por ação

A tabela abaixo reconcilia o lucro líquido do período com os valores usados para calcular o lucro líquido por ação básico e diluído:

	31/12/2017	31/12/2016
Lucro líquido do período atribuível aos acionistas da Companhia (a)	22.405	18.673
Média ponderada de ações em circulação (b)	801.870	760.001
Lucro líquido por ação ordinária em (a) / (b) x 1000	27,9409	24,5697

## 23 Segmentos operacionais

A Administração da Companhia baseia seus relatórios internos gerenciais para tomada de decisões nas próprias informações contábeis intermediárias, na mesma base em que estas declarações são divulgadas, ou seja, apenas um segmento considerado internamente como “Royalties”.

A informação segmentada por venda de cana de açúcar e serviços de laboratórios também não são relevantes.

A Administração utiliza as informações contábeis intermediárias e não usa nenhum indicador que não os apresentados nas informações contábeis intermediárias em 31 de dezembro de 2017, nenhum relatório específico será demonstrado, como definido pelo pronunciamento técnico CPC 22/IFRS 8 - Informações por segmento.

Quanto às informações sobre os principais clientes, em função da própria atividade, a Companhia não possui, individualmente, clientes que representam mais de 10% da receita total consolidada.



## 24 Receita operacional

	01/04/2017 a 31/12/2017 (9 meses)	01/10/2017 a 31/12/2017 (3 meses)	01/04/2016 a 31/12/2016 (9 meses)	01/10/2016 a 31/12/2016 (3 meses)
Receitas de <i>royalties</i>	25.325	9.765	19.212	7.894
Receitas de <i>royalties</i> - partes relacionadas (nota explicativa nº 28)	85.224	32.411	69.037	25.313
Receitas de serviços	385	5	1.860	1.385
Receitas de serviços - partes relacionadas (nota explicativa nº 28)	-	-	13.998	32
Outras receitas	195	669	-	(8)
Outros - partes relacionadas (nota explicativa no 28)	3.141	-	3.511	629
Impostos	(11.289)	(4.243)	(9.948)	(3.272)
<b>Total</b>	<b>102.981</b>	<b>38.607</b>	<b>97.670</b>	<b>31.973</b>

## 25 Despesas operacionais por natureza

	01/04/2017 a 31/12/2017 (9 meses)	01/10/2017 a 31/12/2017 (3 meses)	01/04/2016 a 31/12/2016 (9 meses)	01/10/2016 a 31/12/2016 (3 meses)
Despesas com pessoal	(44.668)	(14.839)	(37.936)	(12.567)
Custo dos itens relativos a receita com transferência de tecnologia	-	-	(12.377)	-
Serviços contratados	(15.521)	(5.596)	(10.622)	(3.406)
Despesas com materiais	(2.874)	(893)	(2.323)	(953)
Depreciação e amortização	(14.219)	(4.019)	(8.046)	(3.645)
Despesas gerais	(7.189)	(1.205)	(8.896)	(2.683)
	<u>(84.471)</u>	<u>(26.552)</u>	<u>(80.200)</u>	<u>(23.254)</u>
<b>Reconciliação com as despesas operacionais classificadas por função:</b>				
Custo de pesquisa & desenvolvimento, produtos vendidos e serviços prestados	(46.227)	(14.157)	(46.279)	(11.860)
Despesas administrativas e com vendas	(38.244)	(12.395)	(33.921)	(11.394)
	<u>(84.471)</u>	<u>(26.552)</u>	<u>(80.200)</u>	<u>(23.254)</u>

## 26 Financeiras líquidas

	01/04/2017 a 31/12/2017 (9 meses)	01/10/2017 a 31/12/2017 (3 meses)	01/04/2016 a 31/12/2016 (9 meses)	01/10/2016 a 31/12/2017 (3 meses)
Receita com aplicações financeiras	15.533	3.638	26.585	8.526
Outras receitas financeiras	(176)	(104)	(380)	309
Receitas financeiras	<u>15.357</u>	<u>3.534</u>	<u>26.205</u>	<u>8.835</u>
Despesas bancárias	(3.629)	(1.184)	(4.061)	(1.336)
Juros sobre empréstimos	(6.274)	(1.970)	(7.076)	(2.559)
Outras despesas financeiras	(420)	(79)	(51)	199
Despesas financeiras	<u>(10.323)</u>	<u>(3.233)</u>	<u>(11.188)</u>	<u>(3.696)</u>
Financeiras líquidas	<u>5.034</u>	<u>301</u>	<u>15.017</u>	<u>5.139</u>

## 27 Instrumentos financeiros

### a. Classificação contábil e valores justos

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo.

31 de dezembro de 2017	Valor contábil				Valor justo			
	Designado ao valor justo	Empréstimos e recebíveis	Outros passivos financeiros	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
<b>Ativos financeiros mensurados ao valor justo</b>								
Caixa e equivalentes de caixa (aplicações financeiras)	179.490	-	-	179.490	-	179.490	-	179.490
Instrumentos financeiros	72.547	-	-	72.547	-	72.547	-	72.547
<b>Ativos financeiros não mensurados ao valor justo</b>								
Caixa e equivalentes de caixa, exceto aplicações financeiras	-	81	-	81	81	-	-	81
Contas a receber	-	51.322	-	51.322	-	51.322	-	51.322
Outras contas a receber	-	104.089	-	104.089	-	104.089	-	104.089
<b>Passivos financeiros mensurados ao valor justo</b>								
Empréstimos e financiamentos	-	-	200.337	200.337	-	200.337	-	200.337
<b>Passivos financeiros não mensurados ao valor justo</b>								
Fornecedores	-	-	13.277	13.278	-	13.277	-	13.278
Outras contas a pagar	-	-	440	440	-	440	-	440
<b>31 de março de 2017</b>	<b>Valor contábil</b>				<b>Valor justo</b>			
	Designado ao valor justo	Empréstimos e recebíveis	Outros passivos financeiros	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
<b>Ativos financeiros mensurados ao valor justo</b>								
Caixa e equivalentes de caixa (aplicações financeiras)	193.746	-	-	193.746	-	193.746	-	193.746
Instrumentos financeiros	91.000	-	-	91.000	-	91.000	-	91.000
<b>Ativos financeiros não mensurados ao valor justo</b>								
Caixa e equivalentes de caixa, exceto aplicações financeiras	-	229	-	229	229	-	-	229
Contas a receber	-	51.911	-	51.911	-	51.911	-	51.911
Outras contas a receber	-	98.032	-	98.032	-	98.032	-	98.032
<b>Passivos financeiros mensurados ao valor justo</b>								
Empréstimos e financiamentos	-	-	228.241	228.241	-	228.241	-	228.241
<b>Passivos financeiros não mensurados ao valor justo</b>								
Fornecedores	-	-	18.401	18.401	-	18.401	-	18.401
Outras contas a pagar	-	-	452	452	-	452	-	452

### ***Valor justo versus valor contábil***

Os valores contábeis, referentes aos instrumentos financeiros constantes no balanço patrimonial, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência destes, com o valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, se aproximam, substancialmente, de seus correspondentes valores de mercado.

#### **b. Gerenciamento dos riscos financeiros**

A Companhia apresenta exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez; e
- Risco de mercado.

Essa nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia para cada um dos riscos acima, os objetivos da Companhia, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de riscos e gerenciamento do capital da Companhia.

#### **c. Estrutura do gerenciamento de risco**

A Administração tem responsabilidade global pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia. A Administração é responsável pelo desenvolvimento e acompanhamento das políticas de gerenciamento de risco. Os gestores de cada departamento se reportam regularmente a Administração sobre as suas atividades.

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados pela Companhia, para definir limites e controles de riscos apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites. As políticas e sistemas de gerenciamento de riscos são revisados frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A Companhia, através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, objetiva desenvolver um ambiente de controle disciplinado e construtivo, no qual todos os empregados entendem os seus papéis e obrigações.

#### **d. Risco de crédito**

Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente do contas a receber de clientes e outros recebíveis e caixa e equivalentes de caixa.

### ***Exposição a riscos de crédito***

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito.

***Riscos de crédito***

A Companhia restringe sua exposição a riscos de crédito associados a bancos e a aplicações financeiras, efetuando seus investimentos em instituições financeiras de grande porte. Com relação às contas a receber, a Companhia restringe sua exposição a riscos de crédito por meio de vendas para uma base ampla de clientes e realização contínua de análises de crédito. Em 31 de dezembro de 2017, não havia nenhuma concentração de risco de crédito relevante associado a clientes.

Instrumentos financeiros que potencialmente sujeitam a Companhia à concentração de risco de crédito consistem, principalmente, em saldo em bancos, aplicações financeiras e créditos perante clientes. O saldo de contas a receber está distribuído em diversos clientes.

Ativos	Nota	31/12/2017	31/03/2017
Caixa e equivalentes de caixa, exceto aplicações financeiras	8	81	229
Caixa e equivalentes de caixa (aplicações financeiras)	8	179.490	193.746
Instrumentos financeiros	9	72.547	91.000
Contas a receber	10	51.322	51.911
Outras contas a receber	12	104.089	98.032
		407.529	434.918

***Contas a receber de clientes e outros recebíveis***

A despesa com a constituição dessa provisão foi registrada na rubrica de outras receitas (despesas) operacionais na demonstração do resultado. Quando esgotados os esforços para recuperação das contas a receber de clientes, os valores creditados nessa provisão são, em geral, revertidos contra a baixa definitiva do título.

A Companhia acredita que nenhuma provisão será necessária com relação a contas a receber não vencido.

A composição por vencimento dos empréstimos e recebíveis na data das informações contábeis intermediárias para os quais não foram reconhecidas perdas por redução no valor recuperável era a seguinte:

	31/12/2017	31/03/2016
A vencer	47.792	45.911
Vencido de 1 a 30 dias	741	1.027
Vencido de 31 a 60 dias	7.717	2.120
Vencido de 61 a 180 dias	1.325	6.255
Vencido de 181 a 360 dias	3.509	4.562
Vencido acima de 360 dias	7.950	12.758
Total (nota explicativa nº10)	69.094	72.633
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa - partes relacionadas	(6.793)	(8.572)
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(10.919)	(12.150)
Total (nota explicativa nº10)	(17.712)	(20.722)
	51.322	51.911

O movimento na provisão para perdas por redução no valor recuperável em relação as contas a receber e outros recebíveis durante o período foi o seguinte:

	31/12/2017	31/03/2017
<b>Saldo inicial do período</b>	20.722	14.335
Reversão - terceiros	(1.779)	5.375
Reversão - partes relacionadas	<u>(1.231)</u>	<u>-</u>
<b>Saldo final do período</b>	<u>17.712</u>	<u>20.722</u>

O modelo de comercialização de variedades de cana de açúcar mediante cobrança de *royalties* é peculiar e afeta diretamente o Contas a Receber e a forma como a Companhia mitiga o risco de crédito.

Este modelo de cobrança de *royalties* foi implantado em 2012, com uma área plantada de variedades CTC já existente no Brasil superior a 400 mil *hectares* de cana de açúcar. Foram elaborados contratos de licenciamento para multiplicação de variedades com sigla CTC junto a seus clientes, que são responsáveis por todas as despesas associadas ao plantio, cultivo, colheita e processamento deste material genético.

A cana de açúcar é uma cultura semi perene, cujo ciclo produtivo é de aproximadamente seis anos, sendo a cobrança de *royalties* recorrente e anual por *hectare* plantado, durante este período. Caso este cliente se encontre em dificuldade de honrar seus compromissos financeiros junto à Companhia ao longo deste ciclo, sua inadimplência será monitorada para que ao término do ciclo da cana-de-açúcar não haja saldo devedor.

Especificamente em relação aos empréstimos e recebíveis, a Companhia, primeiramente, verifica se há evidências objetivas de perda do valor recuperável individualmente para os ativos financeiros que são individualmente significativos, ou coletivamente para os ativos que não são individualmente significativos.

Caso a Companhia determine a inexistência de evidências objetivas de perda do valor recuperável de um ativo financeiro avaliado individualmente - seja esta perda significativa ou não - a Companhia o classifica em um grupo de ativos financeiros com características de risco de crédito semelhantes, os quais são avaliados coletivamente. Os ativos avaliados individualmente quanto à perda do valor recuperável, ou para os quais a perda do valor recuperável é (ou continua a ser) reconhecida, não estão inclusos na avaliação coletiva da perda.

Levando em consideração a crise econômica que tem afetado o setor sucroenergético nos últimos anos e o número de usinas em dificuldades financeiras e/ou em recuperação judicial, a Companhia adotou diversas medidas para mitigar o risco de crédito:

- Política de crédito e cobrança aprovada pelo Conselho de Administração;
- Acompanhamento e cobrança ativa pela equipe comercial (aproximadamente 30 Representantes Técnicos de Vendas);

- Comitê de crédito e cobrança direciona a equipe comercial quanto a expansão de área plantada somente em clientes com *rating* de crédito satisfatório, além de decidir sobre ingresso de ações judiciais e acordos extrajudiciais, através de escritório de advocacia terceirizado e especializado; e
- Inserção de informações acerca de pendências financeiras no SERASA.

Em suma, devido à atuação da Companhia na mitigação de risco de crédito, mais de 90% dos clientes vêm operando desde o ano de 2012, e nenhuma perda foi reconhecida para esses clientes. No monitoramento do risco de crédito, os clientes são agrupados de acordo com suas características de crédito, incluindo, sua área geográfica, indústria e existência de dificuldades financeiras no passado.

**e. Risco de liquidez**

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro.

A gestão desse risco se dá pela composição de um capital de giro de curto prazo que sustente as operações de vendas, como: estoque médio e prazo médio de recebíveis, recursos com taxas atrativas e de curto prazo, com giro médio de pagamento dessas operações de 60 dias. Esse capital normalmente é composto de adiantamentos de clientes, limite de crédito nos bancos parceiros.

***Exposição a riscos de liquidez***

A seguir, estão as maturidades contratuais de passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados:

*Cronograma de amortização da dívida*

31 de dezembro de 2017	Valor contábil	Fluxo de caixa contratual	12	13 a 24	25 a 36	37 a 48	49 a 60	61 a 96
			meses	meses	meses	meses	meses	Meses
Fornecedores	13.277	13.277	11.086	2.191	-	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	200.337	232.236	48.091	39.879	53.693	37.305	38.692	14.578

31 de dezembro de 2017	Valor contábil	Fluxo de caixa contratual	12	13 a 24	25 a 36	37 a 48	49 a 60	61 a 100
			meses	meses	meses	meses	meses	meses
Fornecedores	18.401	18.401	14.666	2.190	1.545	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	228.241	260.445	57.102	38.646	40.089	41.664	43.340	39.605

Não é esperado que fluxos de caixa, incluídos nas análises de maturidade da Companhia, possam ser realizados antecipadamente.

**f. Risco de mercado**

Risco de mercado são as alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de juros que impactam nos ganhos da Companhia ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. Pelas transações e operações em aberto, o risco relevante é o risco da taxa de juros.

***Risco de taxa de juros***

Risco de taxa de juros é o risco de a Companhia vir a sofrer perdas econômicas devido às alterações adversas nas taxas de juros, que podem ser ocasionadas por fatores relacionados a crises econômicas e/ou alterações na política monetária no mercado interno. Essa exposição refere-se, principalmente, a mudanças nas taxas de juros de mercado que afetem os passivos da Companhia indexados pelo CDI - Certificado de Depósito Interbancário.

***Perfil***

Na data das informações contábeis intermediárias, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros variáveis da Companhia era:

		<u>Valor contábil</u>	
		<u>31/12/2017</u>	<u>31/03/2017</u>
<b>Instrumentos de taxa pré-fixada</b>			
	<b>Risco</b>		
Fornecedores		13.277	18.401
Empréstimos e financiamentos		191.219	218.101
<b>Instrumentos de taxa variável</b>			
Aplicação financeira (instrumentos financeiros e caixa e equivalentes de caixa)	CDI	252.037	284.746
Empréstimos e financiamentos	TJLP	9.118	10.140

***Análise de sensibilidade***

A Companhia possui R\$ 179.490 de aplicações financeiras a CDI e R\$ 9.118 de empréstimos e financiamentos indexados à taxa pós-fixada, substancialmente a TJLP. No quadro abaixo são considerados três cenários, considerando as variações percentuais do CDI e TJLP. Os demais cenários consideram uma valorização do CDI e TJLP em 25% e 50% sobre essa taxa e representam o impacto das despesas financeiras em resultado do período e patrimônio líquido.

***Risco de taxa de juros sobre ativos e passivos financeiros - Depreciação das taxas***

		<u>Exposição</u>		<u>Cenários</u>					
		<u>31/12/2017</u>		<u>Provável</u>		<u>Redução do Índice em 25%</u>		<u>Redução do Índice em 50%</u>	
<b>Instrumentos</b>	<b>Risco</b>	<b>%</b>	<b>Valor</b>	<b>%</b>	<b>Valor</b>	<b>%</b>	<b>Valor</b>	<b>%</b>	<b>Valor</b>
<b>Ativo Financeiros</b>									
Aplicação financeira (instrumentos financeiros e caixa e equivalentes de caixa)		252.037	Redução CDI	12	29.060	9	21.795	6	14.530
<b>Passivos Financeiros</b>									
Empréstimos e financiamentos		9.118	Redução TJLP	7	638	5	479	4	319
<b>Resultado financeiro projetado</b>					<u>28.422</u>		<u>21.316</u>		<u>14.211</u>
<b>Impacto no resultado e no patrimônio líquido</b>					<u>-</u>		<u>(7.105)</u>		<u>(14.211)</u>

**Risco de taxa de juros sobre ativos e passivos financeiros - Apreciação das taxas**

	Exposição 31/12/2017	Risco	Cenários					
			Provável		Redução do Índice em 25%		Redução do Índice em 50%	
Instrumentos			%	Valor	Valor	%	Valor	
<b>Ativo Financeiros</b>								
Aplicação financeira (instrumentos financeiros e caixa e equivalentes de caixa)	252.037	Redução CDI	12	29.060	14	36.325	17	43.590
<b>Passivos Financeiros</b>								
Empréstimos e financiamentos	9.118	Redução TJLP	7	638	9	798	11	957
<b>Resultado financeiro projetado</b>				28.422		35.527		42.632
<b>Impacto no resultado e no patrimônio líquido</b>				-		7.105		14.211

O objetivo da Companhia é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à reputação da Companhia e buscar eficácia de custos e para evitar procedimentos de controle que restrinjam iniciativa e criatividade.

**g. Gestão de capital**

Os objetivos da Companhia ao administrar o capital são os de salvaguardar a capacidade de sua continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, bem como otimizar a estrutura de capital com foco na manutenção de indicadores monitorados pela Gerência Financeira e Administração. Esses indicadores correspondem aos índices:

De liquidez corrente (ativo circulante pelo passivo circulante) Maior ou igual a 1

Os índices de liquidez estão demonstrados abaixo:

	31/12/2017	31/03/2017
Ativo circulante	228.253	326.970
Passivo circulante	96.325	84.859
<b>Índice de liquidez</b>	2,37	3,85

**28 Partes relacionadas**

**a. Controladora e controlador final**

O Controlador final são formados pelo bloco de controle, constituído pelos acionistas: Grupo Raízen, Copersucar S.A., Grupo São Martinho, Guarani S.A., Grupo Bunge e S.A. Usina Coruripe Açúcar e Álcool.

**b. Remuneração do pessoal chave da Administração**

O pessoal chave da administração inclui os conselheiros e diretores. A remuneração paga aos conselheiros e diretores é definida na Assembleia Geral dos Acionistas e os valores pagos no período a título de remuneração foram R\$ 5.421 (R\$ 4.613 em 31 de dezembro 2016).



**c. Outras transações com partes relacionadas**

Os principais saldos de ativos e passivos bem como as transações que influenciaram o resultado do período, relativas a operações com partes relacionadas, decorrem de transações com a Companhia e suas relacionadas para os respectivos tipos de operações:

<b>Contas a receber - nota explicativa 10 (a)</b>	<b>31/12/2017</b>	<b>31/03/2017</b>
Ferrari Agroindustrial S.A.	9.699	11.567
Grupo Virgolino de Oliveira	5.501	6.085
Usina Açucareira Ester S.A.	4.067	4.749
Usina Alvorada Açúcar e Álcool Ltda	3.135	2.583
Usina Santa Fé S.A.	2.693	2.066
Grupo Biosev	2.562	2.194
Cocal Comercio E Industria Canaã Açúcar E Álcool S.A.	2.277	1.665
Grupo Eth	1.772	501
Usina Santa Rosa S.A.	1.728	-
Grupo Bp	1.648	675
Grupo Baldin	1.081	938
Tonon Bioenergia S.A.	1.174	542
Jalles Machado S.A.	1.171	1.060
Usina Açucareira Furlan S.A.	1.092	794
Grupo Bunge	795	7
Grupo Adecoagro	713	590
Della Coletta Bioenergia S.A.	709	380
Denusa - Destilaria Nova União S.A.	662	937
Usina São José da Estiva S.A Açúcar e Álcool	486	450
Usina Trapiche S.A	341	369
Grupo Unialco	276	219
Antonio Ruette Agroindustrial Ltda	193	402
Wd Agroindustrial Ltda	187	282
Usina Batatais S.A. Açúcar E Álcool	181	158
Usina Açucareira São Manoel S.A.	176	184
Usina Santa Adelia S.A.	133	181
Usina Maringa	110	107
Dacalda Açúcar E Alcool Ltda	91	352
U.S.A. - Usina Santo Angelo Ltda	77	60
Usina Santa Lucia S.A.	53	43
Companhia Muller de Bebidas	50	200
Santa Vitória Açucar E Alcool Ltda	18	61
Agropeu - Agroindustrial de Pompeu S/A	18	31
Lasa Linhares Agroindustrial S.A	10	-
Usina Melhoramentos	6	93
Grupo Raizen	-	1
Goiasa Goiatuba Álcool Ltda.	-	3
Nova America Agricola Ltda	-	435
S.A. Usina Coruripe Açúcar E Alcool	-	57
Usina De Açucar Santa Terezinha Ltda	-	44
Noble Do Brasil S.A	-	448
Grupo Tereos	-	883
Ggrupo São Martinho	-	697
<b>Total (Nota explicativa 10)</b>	<b>44.890</b>	<b>43.093</b>

**Receitas diferidas - nota explicativa 18**

	31/12/2017	31/12/2016
Grupo São Martinho	2.597	-
Pedra Agroindustrial	1.670	-
Usina Ipiranga De Açúcar E Alcool S.A.	1.124	-
Grupo Tereos	1.106	-
Noble Do Brasil S.A	852	-
Usina De Açúcar Santa Terezinha Ltda	852	-
Grupo Alto Alegre	822	-
S.A. Usina Coruripe Açúcar E Alcool	819	-
Nova America Agricola Ltda	586	-
Usina Santo Antônio S.A	354	-
Usina São Francisco S.A	343	-
Zilor	304	-
J. Pilon Açúcar E Alcool	300	-
Goiasa Goiatuba Álcool Ltda.	299	-
Usina Uberaba S.A.	227	-
Grupo Raizen	195	-
Usj - Açúcar E Alcool S.A.	94	-
Alcon - Cia de Álcool Conceição da Barra	3	-
	<hr/>	<hr/>
Total (Nota explicativa 18)	<b>12.547</b>	-
	<hr/>	<hr/>
<b>Outras contas a receber - nota explicativa 12 (b)</b>		
Aumento de capital - BNDES	90.595	90.595
	<hr/>	<hr/>
	<b>90.595</b>	<b>90.595</b>
	<hr/>	<hr/>
<b>Passivo</b>		
<b>Contas a Pagar</b>		
Copersusar S.A.	-	491
	<hr/>	<hr/>
	-	<b>491</b>
	<hr/>	<hr/>
<b>Passivo circulante:</b>		
<b>Outras contas a pagar (c)</b>		
Grupo Raizen	97	-
Jalles Machado S.A.	42	-
	<hr/>	<hr/>
	<b>139</b>	-
	<hr/>	<hr/>

**CTC - Centro de Tecnologia Canaveira S.A.**  
**Informações contábeis intermediárias**  
**em 31 de dezembro de 2017**

	31/12/2017	31/12/2016
<b>Receitas (Notas Explicativas Nº 24 (a))</b>		
Grupo São Martinho	10.900	9.108
Grupo Biosev	8.644	5.572
Grupo Raizen	7.036	6.214
Grupo Bunge	5.725	3.515
Pedra Agroindustrial	5.098	4.979
Jalles Machado S.A.	4.018	3.128
Usina Ipiranga De Açúcar e Alcool S.A.	3.312	3.087
Grupo Tereos	3.289	2.113
Usina De Açúcar Santa Terezinha Ltda	3.144	3.197
S.A. Usina Coruripe Açúcar e Alcool	2.885	2.546
Grupo Adecoagro	2.291	1.742
Grupo Alto Alegre	2.290	1.704
Cocal Comercio E Industria Canaã Açúcar E Alcool S.A.	2.201	1.473
Grupo Bp	2.182	1.097
Grupo Eth	2.157	1.475
Noble Do Brasil S.A	2.046	1.261
Nova America Agricola Ltda	1.731	1.337
Usina São José da Estiva S.A Açúcar e Álcool	1.489	1.327
Grupo Virgolino de Oliveira	1.432	1.308
Usina Açucareira Ester S.A.	1.214	1.194
Usina Santa Fé S.A.	1.140	1.054
Usina Açucareira Furlan S.A.	1.092	945
Usina Santo Antônio S.A	1.048	983
Usina Alvorada Açúcar e Álcool Ltda	1.015	739
Usina São Francisco S.A	928	727
Goiasa Goiatuba Álcool Ltda.	920	910
Antonio Ruette Agroindustrial Ltda	902	760
J. Pilon Açucar E Alcool	889	830
Ferrari Agroindustrial S.A.	828	14.563
Zilor	787	501
Usina Santa Adelia S.A.	604	538
Usina Uberaba S.A.	573	398
Usina Melhoramentos	567	327
Usina Batatais S.A. Açúcar e Álcool	557	480
Usina Açucareira São Manoel S.A.	555	443
Denusa - Destilaria Nova União S.A.	390	168
Usina Maringa	328	320
Della Coletta Bioenergia S.A.	305	250
Usj - Açúcar E Alcool S.A.	290	305
Dacalda Açúcar E Alcool Ltda	280	240
Grupo Baldin	269	278
U.S.A. - Usina Santo Angelo Ltda	245	175
Wd Agroindustrial Ltda	187	177
Usina Trapiche S.A	180	106
Usina Santa Lucia S.A.	169	128
Lasa Linhares Agroindustrial S.A	87	90
Santa Vitória Açucar E Alcool Ltda	80	57
Agropeu - Agroindustrial de Pompeu S/A	57	53
Alcon - Cia de Álcool Conceição da Barra	9	9
Clealco Açúcar e Álcool S.A.	-	1.122
Tonon Bioenergia S.A.	-	995
Grupo Unialco	-	481
Usina Santa Rosa S.A.	-	314
Usina Barra Grande de Lençóis S.A.	-	13
Usina São Luiz S.A.	-	11
Açucareira Zillo Lorenzetti S.A.	-	9
Copersucar S.A.	-	5
Energética Serranópolis Ltda.	-	2
Brazcana Agroindustrial S.A.	-	- 337
	<b>88.365</b>	<b>86.546</b>

(a) Contas a Receber e Receita - Contratos de *Royalties*

Operações com licenciamento de variedades de cana de açúcar e de tecnologia. Os *royalties* são reconhecidos pelo regime de competência em conformidade com a essência do acordo.

(b) Outras contas a Receber

Valores relacionados ao aumento de capital social conforme mencionado nas notas explicativas nº12 .

(c) Fornecedores de Serviços e Arrendamentos

A Companhia mantém contratos de arrendamento de polos de experimentação e muitas vezes os serviços prestados são efetuados pela própria usina arrendatária.

## 29 Seguros

A Companhia possui um programa de seguros e gerenciamento de risco que proporciona cobertura e proteção compatíveis com seus ativos patrimoniais e sua operação.

As coberturas contratadas são baseadas em criterioso estudo de riscos e perdas sendo as modalidades de seguro contratadas consideradas, pela Administração, suficientes para cobrir os eventuais sinistros que possam ocorrer, tendo em vista a natureza das atividades da Companhia.

Em 31 de dezembro de 2017, a cobertura de seguros contra riscos operacionais era composta por R\$ 36.000 para danos materiais e R\$ 37.000 para responsabilidade civil.

## 30 Arrendamentos mercantis operacionais

### Arrendamentos como arrendatário

A Companhia arrenda fazendas, as quais estão as unidades de Piracicaba e Camamu. Na unidade de Piracicaba são realizados plantio, condução e colheita de experimentos visando o desenvolvimento de variedades de cana-de-açúcar convencionais e geneticamente modificadas, formação de viveiros para produção e distribuição de mudas de cana-de-açúcar, e na unidade de Camamu são realizados plantio dos genitores, a manutenção dos mesmos, a coleta de informações do florescimento para realização dos cruzamentos, a montagem dos cruzamentos, a condução dos cruzamentos em ambiente isolado, o beneficiamento das sementes e o corte das coleções de genitores. Esses arrendamentos foram renovados por quatorze anos com opção de renovação após este período. Os pagamentos de arrendamento são reajustados a cada ano, para refletir os valores de mercado.

O arrendamento das fazendas foi firmado há longa data como arrendamentos conjuntos, tanto do terreno como de suas edificações. O CTC determinou que o arrendamento das fazendas é operacional. O aluguel pago ao arrendador é ajustado de acordo com os preços de mercado, e o CTC não participa no valor residual dos bens arrendados. Conseqüentemente, foi determinado que basicamente todos os riscos e benefícios dos ativos são do arrendador. A arrendante - IMOCOP Empreendimentos e Participações S.A. e Interveniente - Cooperativa de Produtores de Cana de Açúcar, Açúcar e Álcool do Estado de São Paulo. Objeto do arrendamento são as áreas e edificações de Fazendas no município de Piracicaba e Camamu.

Os arrendamentos operacionais não canceláveis serão pagos da seguinte forma:

	31/12/2017	31/03/2017
Até um ano	2.944	2.944
Acima de um ano - Até cinco anos	11.775	14.720
Mais de cinco anos	17.172	15.700
	<u>31.891</u>	<u>33.364</u>

A Companhia reconheceu os seguintes valores como despesa com operações de arrendamento mercantil operacional:

	<b>31/12/2017</b> <b>(9 meses)</b>	<b>31/12/2016</b> <b>(9 meses)</b>
Despesa com arrendamento mercantil operacional	2.627	2.594

\* \* \*

CTC - Centro de Tecnologia Canavieira S.A.  
CNPJ N° 06.981.381/0002-02

## **Conselho da Administração**

### **Conselheiros**

Luís Roberto Pogetti  
Pedro Isamu Mizutani  
Fábio Venturelli  
Jaime José Stupiello  
Jucelino Oliveira de Sousa  
Martus Tavares  
Luiz de Mendonça  
Otavio Laje de Siqueira Filho  
Pedro Wongtschowski  
Fernando de Castro Reinach  
Leonardo Pereira Rodrigues dos Santos

### **Diretoria Executiva**

*Diretor-superintendente*  
José Gustavo Teixeira Leite

*Diretores*  
William Lee Burnquist  
Viler Corrêa Janeiro

Contador responsável: Evandro Rodrigues Ferreira  
CRC 1SP270523/O-7